

Simpósio Temático Panorama dos Projetos Urbanos Contemporâneos

Grau Zero de Projeto

Pedro Manuel Rivaben de Sales – Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo – Professor da Associação Escola da Cidade Arquitetura e Urbanismo.

Resumo

O objetivo o trabalho de pesquisa, cujo estágio de desenvolvimento aqui vem relatado mediante anotações justapostas, é seguir explorando a possibilidade de atualizar as indagações e o raciocínio sobre a cidade contemporânea e seu processo de transformação a partir de uma abordagem que inter-relacione e entrecruze os planos ou escalas nos quais e pelos quais o espaço urbano e territorial se efetua e se enuncia, se (des)codifica e se (des)territorializa. É possível considerar que certas potencialidades ou intensidades presentes em alguns dos materiais com os quais são feitas as cidades – e aqui se está particularmente interessado no solo – possam engendrar agenciamentos que escapam mais facilmente que outros às determinações ou ao sequestro que o estado e o mercado promovem.

Palavras-chave: cidade contemporânea, solo urbano.

Abstract

The objective of the research work, whose stage of development comes here recounted by juxtaposed annotations, is to explore the possibility of updating the questions and the reasoning on the contemporary city and its transformation process from an approach that inter-linked and entrecruze plans or scales in which and for which the urban and territorial space sets out, (de)codifying and (de)territorializing itself. It is possible to consider that some potentialities or intensities present in some of the material — particularly the soil — with which the cities are made of can engender disposals which escape more easily than other from determinations and sequestration that the state and the market enhances.

Keywords: contemporary city, urban land

Questão de introdução

Se a arquitetura e a cidade criam e aperfeiçoam — mas também refletem, exprimem e criticam — as condições de vida, então o que importa são sua materialidade e funcionamento (e não seu pretense significado nem a imagem significante). Se essa linha de raciocínio afasta tanto a visão historicista quanto a estruturalista, e passa longe da publicidade espetacular, do mesmo modo, põe fora de questão o retorno às certezas do modernismo racionalista (e sua visão linear, universal e inescapável de progresso).

Independente do grau de desenvolvimento alcançado por um território, a questão é que a natureza atual deste desenvolvimento, e, logo, das condições e transformações que a contemporaneidade supõe, é diversa, exigindo a reinvenção dos temas, dos materiais e dos instrumentos do urbanismo. Lugar da mistura de interesses, velocidades e acontecimentos contrastantes, a cidade contemporânea seria por natureza instável; fragmentação, heterogeneidade e dispersão parecem caracterizar as dinâmicas emergentes. Por isto se diz que é resistente à generalização, sistematização ou redução a uma idéia única. Mas que critérios e lógicas, que gramáticas e sintaxes presidem a construção do espaço urbano contemporâneo? Que instrumentos ou técnicas dão conta e estruturam esta experiência de transformação?

Este relatório de pesquisa pretende trazer para a discussão, através de anotações justapostas, uma idéia de projeto urbanístico que parece melhor responder às dívidas e dúvidas da contemporaneidade, ao admitir um grau mínimo de ordem (ou organização) como condição de resposta à contingência, à imprevisibilidade e à multiplicidade dos programas, acontecimentos e atividades. Se a noção de incompletude ou inacabamento, ao supor um processo ou estado de coisa igualmente em formação e eternamente inconcluso, talvez dê conta desse desafio, o material primeiro desse processo é o solo, ou um desenho do chão.

Forças novas

Desde as últimas décadas do século XX, cerca de 80% da população brasileira vivem em cidades, grandes, médias e pequenas. Em nenhuma delas o forte crescimento urbano foi acompanhado por políticas públicas á altura dos problemas

que ele próprio acarretava: déficits, pendências e dificuldades de toda ordem se acumularam nesse processo. E desde pelo menos a metade a década de 2000, não só nas capitais e grandes metrópoles do país, como também, e principalmente, nas cidades cuja população está entre 100 e 500 mil habitantes, duas novas forças, de natureza econômica, entram em jogo, podendo impactar irreversivelmente o território. Ou seja, estas forças, uma de ordem interna e outra de escala mundial, não só alteram sem volta as condições urbanas e ambientais anteriores, como vieram para ficar.

Com efeito, a primeira destas forças tem a ver com o crescimento e fortalecimento econômico e político dos segmentos de classe média no país, estimulados pelo maior nível de emprego, pelo aumento do salário e da redistribuição de renda, pelo acesso a programas de crédito. Como resultado, o desprendimento de um bloco de 60 milhões de pessoas da situação de inércia e exclusão a que apareciam condenadas pelo conservadorismo e elitismo das políticas públicas, arrasta a economia por novas rotas e vetores, gerando novas e mais amplas demandas para as cidades, seja em termos habitacionais, seja de transporte, comunicação e demais serviços. A segunda força, não menos impactante, está associada à mudança das lógicas de localização das atividades e dos grandes investimentos — industriais, comerciais, administrativos, de serviços; bairros novos, novas infraestruturas de transportes. Estas atividades e os grandes investimentos que lhes correspondem podem, no atual estágio de desenvolvimento tecnológico, se localizar em qualquer município, em qualquer região. Pois, apropriando-se das inovações que ocorrem nas áreas da informação, telemática e organização empresarial, as atividades produtivas já não dependem tanto nem da distância (da fonte de matérias primas, da força de trabalho ou do mercado consumidor) nem das economias de aglomeração das grandes cidades. Todo o território está cada vez mais equipado, conectado e interdependente; por isso, como tendência em ato, as empresas podem se *multi-localizar* em qualquer ponto do território (tomado, no limite, à escala mundial).

Pense-se no caso de Hortolândia-SP: IBM, Dell, Hyundai (ou grandes empresas automotivas, de comunicação e de gerenciamento de dados) compartilham um território que é ao mesmo tempo hiperconectado às redes mundiais e altamente segregado em seu corpo social e espacial local.

Dívidas e dúvidas

Daí que o novo quadro urbano das cidades brasileiras só se mostra completo quando considerada a oposição sugerida pelos termos *dívidas e dúvidas*. As dúvidas remetem a novas forças que, impulsionadas pela irreversibilidade das novas tecnologias, têm poder de desestabilizar, desorganizar e reorganizar os vínculos, os conteúdos e as formas das cidades e seu funcionamento. É o caso, por exemplo, de grandes obras de infraestrutura, ou da implantação de parques fabris, de centros administrativos, educacionais, tecnológicos, de serviços. Quanto às dívidas, estas decorrem de problemas não resolvidos no passado e que se acumulam, como a desigualdade centro/periferia, o déficit do transporte público, a dificuldade para os mais pobres do acesso à moradia, a falta generalizada de infraestrutura básica e equipamentos sociais, a degradação do ambiente construído e natural. Dívidas e dúvidas estas que se interligam como duas pontas de uma mesma realidade, e, portanto, devem ser tratadas de forma integrada e articulada. Pois, se as primeiras, a mobilidade social põe em nova perspectiva; as segundas são fator potencial de perturbação. Ambas, ao reorganizarem as peças e forças econômicas em jogo nas cidades, podem também representar oportunidade para as cidades se modernizarem, atualizando sua configuração e modos de funcionamento de maneira socialmente justa e ambientalmente sustentável.

*

De qualquer modo, no mundo atual, onde tudo parece sem lugar, mutável e sem raiz, a localização dos assentamentos e o uso do solo continuam sendo questões decisivas. Só que, agora, como observa Dematteis (1998), nem o poder público nem a iniciativa privada conseguem por si só antecipar e controlar as lógicas de ocupação e funcionamento do território urbano. Isso exige, seguindo o pensamento do geógrafo, novas formas de programação que possam se mostrar interativas ou contratuais, ou seja, capazes de conectar atores e sujeitos pertencentes a redes ou circuitos diferentes, para a realização de projetos comuns a uma escala territorial local. Isso quer dizer projetos que implicam responsabilidade comum pelas decisões, mas, por isso mesmo, devem implicar responsabilidade na distribuição dos custos e benefícios que derivam destas decisões.

*

Dentro deste quadro de instabilidade territorial da localização das atividades, de novas demandas e interesses em jogo e de compartilhamento das decisões (mas quase nunca dos ônus e benefícios decorrentes delas), é que esta pesquisa coloca seu objeto problemático: que instrumentos podem ser capazes de projetar cenários ou respostas urbanísticas à altura dos problemas de desenvolvimento com inclusão social e qualidade ambiental, sendo compatíveis com as escalas, os temas e as soluções técnicas de seu enfrentamento? Ainda mais, por onde traçar linhas e ampliar zonas pelas quais escapar aos dispositivos-de-captura-e-exclusão ou às palavras-de-ordem, cada vez mais onipresentes no mundo das redes?

O certo é que, em face da pauta que associa dívidas acumuladas por um futuro que nunca chegava (principalmente para as classes menos favorecidas da população) aos desafios e dúvidas que a reorganização multifacetada do território coloca hoje a toda sociedade, as questões, condições e efeitos implicados na construção da cidade contemporânea brasileira não cabem mais em modelos restritos e restritivos, técnica e politicamente, do planejamento de corte racional-totalizador e muito menos *market-led*. A transversalidade (ou trans-escalaridade) das forças e formas em jogo supõe condições e impõe problemas que atravessam velocidades e âmbitos os mais diversos¹.

Projeto

De qualquer modo, no campo disciplinar e da gestão pública, as possibilidades e lógicas da transformação urbanística projetada parecem constituir o novo paradigma disciplinar, adotado com grande entusiasmo, e um tanto acriticamente — tirando as exceções e fixações de praxe e de ofício —, não só na academia, mas no campo das políticas públicas (ou melhor, em seu discurso). Em suas melhores formulações, a possibilidade de intervenção à *escala intermediária* propõe a articulação da visão de larga escala e a escala local dos problemas urbanos, os lugares problemáticos. Daí

¹ E para demarcar objeto e objetivo da pesquisa cujo desenvolvimento vem aqui relatado, pode-se dizer que não se trata de esforço de avaliação da eficácia dos programas e instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, embora não se possa deixar de incorporar a discussão de sua contribuição e pertinência. Do mesmo modo, parece claro que esta linha de investigação tem como premissa a crítica da ordenação setorial do território pelas grandes obras públicas realizadas através da ação direta do setor privado via grandes conglomerados — (modelo que não deveria mais ter nenhum direito à atualidade, não só pelo tempo decorrido, mas pelo anacronismo da própria idéia do Brasil nacionalista). Idem em relação às estratégias da última hora que, desde a aliança estado-mercado, fariam as cidades se tornar competitivas na rede global das trocas.

que a transversalidade de escalas, logo, de temas e de técnicas implicada nesta articulação se apresente como recurso pertinente, virtualmente capaz e fecundo, à altura das questões que o mundo contemporâneo, suas temporalidades e territorialidades, põem. Com efeito, a indeterminação, a complexidade e a imprevisibilidade constitutivamente inerentes a esta transversalidade supõem processos e intensidades, singularidades e dinamismos que não cabem nos moldes, modelos ou mapas urbanísticos precedentes. A própria condição fragmentária e difusa intrínseca a ela, bem assim o caráter fluido e instável de suas variáveis dominantes, parecem convocar um outro pensamento e uma outra atuação urbanística, necessariamente mais abertos à contingência, aos encontros ou conexões de objetos heterogêneos, aos fins que não preexistiam anteriormente, nem podem ser pré-identificados por esquemas prontos, mas que só nascem em sua própria efetuação (SALES, 2009).

*

No entanto, em que pese a teoria, a apropriação prática, ou melhor, a instrumentalização do chamado *projeto urbano* por administrações menos ou mais conservadoras acabou por mostrar que seu interesse na verdade é antes de tudo o do grande capital. O renovado interesse pelas cidades, que marcou a passagem do século XX para o XXI, parece ser antes de mais nada resultado de estratégicas alianças do estado com o mercado no sentido de capturar e sobre-codificar o urbano mediante a criação de atrativos culturais como formas de realização de ativos comerciais. Isto é, exigências de qualidade, de negócio e imagem dos novos operadores públicos e privados são buscadas mediante recuperação e criação de supostas matrizes de identidade e “cultura”, matrizes das quais arquitetura e urbanismo constituem componentes midiáticos e espetaculares de primeira ordem.

Diante do quadro de problemas com que se deparam as cidades brasileiras novos instrumentos de política e gestão urbana passaram a ser utilizados (ou ao menos cogitados) É certo que o Estatuto da Cidade prevê formas urbanísticas, jurídicas e financeiras de transformação estrutural associada a procedimentos de redistribuição das rendas urbanas, geradas e recuperadas pelos investimentos necessários à transformação. É papel² do poder público identificar tendência de

2 Ou passou a ser, tendo em vista o caráter retórico e/ou ideológico que reveste – mais vezes que seria razoável esperar – os enunciados de fins e objetivos das políticas públicas

transformação e valorização, e se antecipar a elas. E, nesta perspectiva, o solo assume-se como matéria fundamental de comparação e valorização, de equivalência e negócio, mas quase nunca é tomado como objeto de projeto, como potência. De tempos em tempos, volta-se a falar de instrumentos como o reajuste ou requisição de terras³ onde o reposicionamento e redimensionamento de lotes, terrenos e glebas é parte da equação de transformação urbana. Nas cidades brasileiras, resta saber ou testar a viabilidade de sua utilização e seus resultados quanto a multiplicidade de atores e a distribuição de benefícios e ônus da urbanização entre eles. Mas sem colocar a questão da abertura às linhas de desterritorialização, este e outros instrumentos apenas recolocam por outras vias o seqüestro do solo. Mesmo porque, nestes projetos, o solo ou é área livre, verde, ou não passa de componente residual, que ora é abarcado por mega-arquiteturas que concentram, subsumindo todas as funções e atividades urbanas de forma homogênea; ora é tomado como espaço recortado e especializado como canal a serviço da circulação. Isso quando não representa apenas suporte abstrato para calcular quantidades de construção, base para construir o máximo edificável e distribuir as quantidades de áreas idealmente necessárias a cada função conforme proposto na constituição universalmente determinada e equilibrada da cidade moderna.

Digressão breve

Aqui cabe, a bem do desenvolvimento da hipótese, uma breve digressão — aliás, recuperação de notas anteriores (SALES, 2007) — acerca das linhas disciplinares que prevaleceram a cada vez na história da modernidade urbanística do século XX.

Cada disciplina, ou campo disciplinar, tem uma história, métodos e linguagens próprias. Porém, apesar desta continuidade constitutiva, a cada vez enunciados prevalecem sobre outros, do mesmo modo que outras construções vêm assumir o posto da anterior. De modo um tanto esquemático, mas bastante produtivo para o que se pretende nesta discussão, se poderia dizer que, estendendo reflexão anterior de Zourabichvili (2004), as principais correntes do pensamento urbanístico do século XX

3 O reajuste fundiário ou reajuste de terras é um método empregado em vários países, em especial no Japão onde foi criado, que procura promover o desenvolvimento urbano através da execução compartilhada, em que todos os

corporificaram as idéias do *progresso linear*, da *espessura histórica*, da *aparência superficial*.

De fato, a opção única, quando muito biunívoca, mas sempre excludente e redutora, que a modernidade fez em termos do urbanismo recaiu e se orientou pela idéias de:

1. retilinearidade de um progresso técnico ou social (ou pelo enfoque urbanístico sistêmico e estrutural que a tem por fundamento e inspiração)
2. verticalidade genealógica das fundações (ou pela abordagem culturalista-morfológica que dela se apropria seja como *grund*, seja como nostalgia)
3. horizontalidade e superficialidade das aparências e simulacros (ou pela visão compositiva e semantizada que dela se estende).

Dá pára dizer que noções e categorias, ou mesmo os procedimentos e componentes, processos e produtos implicados na teoria e prática do urbanismo moderno escapam i) da representação de um futuro — salvação redentora—; ii) da interpretação de um texto — a ser (respeitosamente) completado, escrevendo nas margens, em próteses —; ou iii) da comunicação — aderida aos discursos publicitários? Particularmente preocupante é quando, como se observou, capturadas pelos novos operadores públicos e privados, as idéias da linearidade do progresso técnico ou social e a visão neo-conservadora, que se apropria da história como nostalgia, convergem e se diluem em uma rede de imagens superficiais, que combina aparências e mais valias.

Modernidade: constituição

Embora a modernidade dependesse, como mostrou cabalmente Latour (2000), da proliferação de híbridos para sua realização prática e desenvolvimento, sua *constituição* (ou organização ideológica) impôs inexorável separação da ciência e da técnica — como visão de futuro —, da história — como procura de origem — e da linguagem — como articulação de sentido e significado coletivos. Então, não parece difícil ver a correspondência que tais enunciados – de futuro, de origem ou do presente hiper-real – entretêm com o modelo dualista da modernidade criticado por Latour que, como ele mesmo mostra, dispõe de um código (ou Constituição) que separa, encerra e

interessados contribuem para o financiamento e a realização do projeto, tendo suas propriedades ou imóveis

tranca cada coisa, cada ente ou no pólo da natureza, da ciência ou no pólo da sociedade, da política e da cultura: só ao discurso é permitido ocupar o centro (mas ao fazer isso, ele se autonomiza e se desvincula dos pólos). Tampouco é difícil vê-los – *enunciados redutores* (do progresso linear, da espessura histórica, da aparência superficial) e *dualidade moderna* (natureza x sociedade, discurso, deus entre parênteses) – corporificados nas principais correntes do pensamento urbanístico do século XX. Correntes essas que, por sua vez, poderiam ser distinguidas e agrupadas precisamente a partir da ênfase que cada uma (ou cada família delas) conferiu, em seu discurso ou em sua técnica, à *estrutura* (princípio geral, organização das partes, em função de algo de cunho genérico e global), à *forma* (estado físico sob o qual se apresenta um corpo, uma substância; estado) e à *paisagem* (conjunto de componentes naturais ou não de um espaço externo que pode ser apreendido pelo olhar). Ou seja, a pretensa universalidade, racionalidade, funcionalidade, salubridade, eficiência, ordenação das funções de extração modernista, encontraria na estrutura, na re-organização estrutural, técnica e social, do espaço, a chave de seu enunciado: *Zeitgeist* objetiva e concretamente plasmado no plano. Enquanto a (des)ordem da diversidade, competitividade e flexibilização de origem pós-fordista talvez encontre no não-lugar semantizado, nos fragmentos de imagens e aparências, de reflexos e símbolos flutuantes, material privilegiado para seu discurso midiático, hiper-real. Em relação à forma, o *genius loci*, caro aos morfologistas, fazia sobressair a concreção física dos lugares como síntese de todo o complexo de tomada de decisões em seu contexto sócioeconômico; concreção que poderia ser sintetizada pela combinação das formas de solo, traçado e edificação como o diferencial da identidade e distinção geográfica dos lugares. No primeiro, a salvação redentora, no segundo, o cinismo da desconfiança, no terceiro, um texto a completar⁴.

Separação e conexões

Latour ainda mostra que a separação, a divisão purificadora é a evidência constitutiva da grande aporia da modernidade: ao mesmo tempo em que a existência

valorizados em função da melhoria em acessibilidade, qualidade ambiental e outras facilidades.

⁴ É óbvio que, do mesmo modo que música nenhuma pode ser dita estritamente contrapontística ou estritamente harmônica – “toda música depende necessariamente de características horizontais e verticais, [...] apenas quando a preponderância se manifesta mais especialmente numa direção que em outra, podemos dizer, então, que a música é harmônica ou que é contrapontística” –, nenhuma corrente do pensamento urbanístico ser estritamente estrutural, morfológica ou imagética.

prática supõe proliferação de intermediários, híbridos de natureza e cultura, conexão, mediação, tradução, mistura entre gêneros de seres e constituição de redes, o código – a Constituição – da modernidade prega a purificação imantada nos pólos opostos, totalmente distintos e separados (Kant), contraditórios (Hegel) e até incomensuráveis (Heidegger): de um lado, natureza (transcendente, porém mobilizável), de outro, sociedade (imaneente, mas que nos ultrapassa infinitamente), entre eles a linguagem e os sentidos.

E a resposta à pergunta sobre as razões por que escapar à opção única, dicotômica, axiomática, pretensamente purificadora, das opções urbanísticas modernas começa a ser dada aí. E essa resposta passa necessariamente pela inversão da ênfase entre o centro de mediação prática e os pólos de purificação crítica, pois o entendimento do trabalho de purificação como caso particular do trabalho de mediação *faz emergir o conceito de rede: linhas conectadas, e não superfícies, onde só há caminhos contínuos para nos transportar do local ao global, do circunstancial ao universal, do contingente ao necessário se pagarmos o preço das baldeações [...] Mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica que a de complexidade*, a rede, como o agenciamento de Deleuze/Guattari, é conexões, séries de conexões que não são *nem objetivas, nem sociais, nem efeitos do discurso, sendo ao mesmo tempo reais como a natureza, e coletivas como a sociedade, e narradas como o discurso*: conteúdo e expressão, dimensão técnica-tecnológica e semiótica. Enquanto considerarmos separadamente estas práticas, Latour assevera que seremos realmente modernos, ou seja, *estaremos aderindo sinceramente ao projeto de purificação crítica [...] A partir do momento em que desviamos nossa atenção simultaneamente para o trabalho de purificação e o de hibridação, deixamos (inclusive no pretérito) imediatamente de ser modernos*.

Uma tentativa de trânsito

À semelhança da música e da metalurgia, mas com seu tempo próprio, o projeto (como a cidade e o território e a arquitetura e o urbanismo) constitui cadeias de variáveis relacionadas, entrelaçadas e coesas entre si. A complexidade e dificuldade que isso comporta, precisamente pela relação que essas características ou variáveis exercem umas sobre as outras, têm implicações: **a estrutura, a forma e a paisagem**

(como os parâmetros musicais ou os componentes metalúrgicos) não são universais, mas designam modos, processos singulares de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação: **processos imanentes a um dado dispositivo ou agenciamento**. E como diz Deleuze (1998) do dispositivo de Foucault (como se fora sua própria conceituação de agenciamento):

Então é preciso desemaranhar as linhas, e, em cada caso, traçar um mapa, cartografar [...]. É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas, que não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal. [Assim é que] as diferentes linhas de um dispositivo repartem-se em dois grupos: linhas de estratificação ou de sedimentação, linhas de atualização ou de criatividade.

*

Por outra via, sabe-se com Deleuze que os agenciamentos (a cidade, a arquitetura, uma música, uma máquina), ao se efetuarem, selecionam, organizam e fazem convergir os materiais, as formas e as substâncias — estratificando-as e codificando-as em territórios; ao passo que, por outro lado, supõem intensidades, fluxos e partículas abstratas que os arrastam em blocos de devir: desterritorializações. Nesse sentido, importa notar que, nem essência, nem transcendência, símbolos ou interpretações, os agenciamentos concretos que efetuam a cidade contemporânea remetem a dois conjuntos:

1. O da ordem estabelecida, das significâncias dominantes, que sobrecodificam todo o agenciamento com um significante-estoque, seja ele solo-renda, capital-imposto, trabalho-lucro.
2. O movimento que conjuga linhas de fuga: novas orientações, desfazendo a organização principal, fazem passar de um agenciamento a outro, de um plano a outro; contingências, programa, atividades e eventos, usos coletivos possíveis.

Isso implica para o projeto pensar como (terceira hipótese) deixar em aberto as potencialidades de inter-relacionar e entrecruzar os materiais e as formas, as velocidades e lentidões, as intensidades e partículas nos quais e pelos quais o espaço urbano e territorial se efetua e se enuncia, se (des)codifica e se (des)territorializa.

Como diz Britto (2008):

Se admitimos que os relacionamentos não causam a modificação de uma coisa

sobre a outra mas, sim, promovem a reorganização contínua e irreversível das suas estruturas, em aspectos e intensidades imprevisíveis, então, é possível compreender cada coisa – ou configuração - como sendo uma síntese transitória dos seus relacionamentos com as outras.

Daí, se o espaço se diz como escala-estrutura, estrato-forma, imagem-paisagem, então o entrecruzamento desses planos (ou modos) como o espaço se diz constitui a quarta hipótese sobre o projeto na cidade contemporânea. E ela constrói umas linhas que parecem corresponder à problemática da incerteza, da descontinuidade, da instabilidade e da disjunção e da contingente combinação de programas e espaços que esta supõe.

Fronteiras

Isso expõe a absoluta contradição e distância que tais noções e enunciados parecem guardar com relação à teoria e à prática do projeto, urbano e arquitetônico. Talvez a idéia de extração de novos territórios poderia tentar estabelecer uma ponte entre posições tão irredutíveis como estas? Jaques (2008) arrisca uma resposta quando diz que

as micro práticas cotidianas do espaço vivido, as apropriações diversas do espaço urbano não são percebidas pelas disciplinas urbanísticas mais hegemônicas (que as excluem por lhes escaparem, preocupadas demais com projetos, projeções a priori, e pouco com os desvios a posteriori)...

E ela continua, ao propor a errância, *esta postura crítica e propositiva com relação à apreensão e compreensão da cidade* que, baseada não na representação, mas na inscrição da cidade no próprio corpo,

por si só já constitui uma forma de resistência tanto aos métodos mais difundidos da disciplina urbanística - como o tradicional “diagnóstico”, baseado principalmente em bases de dados estatísticos, objetivos e genéricos - quanto ao próprio processo de espetacularização das cidades contemporâneas.

Mas tal dificuldade não pára por aí. Como escrevi em outro lugar (SALES, 2009), o espaço construído, sendo forma duradoura que permanece no tempo, é inevitável e continuamente exposto a novos usos que não aqueles para os quais foi

originalmente projetado ou destinado. Com efeito, a geografia, a semiótica e a antropologia coincidem e concordam quando notam que, a despeito dos mecanismos de produção de desigualdade e de diferença e, agora, de imobilidade ou desconexão, qualquer utilização ou emprego do espaço constitui acontecimentos que põem à prova suas funcionalidades admitidas ou adquiridas e sua significação. Mas também alertava que, por isso mesmo, não se pode esquecer que a política e o planejamento urbano tanto de corte moderno (estatal) quanto pós (neo-liberal), cada qual com suas engenhosidades, não deixam de estabelecer e estratificar, conter ou constranger os usos a uma ótica funcional: por sua separação e distanciamento o primeiro; pela hiperestetização e marketing urbano, sobressaturando lugares com programas, autorizações e proibições, o segundo. Por outro lado, completando a observação, dizia que a precariedade quase absoluta das proto-estruturas periféricas (inclusive as interiores ao *centro*) não deixa também de limitar, material e formalmente, multiplicidade maior, e certamente mais necessária, de usos e modos de vida, dada a própria insuficiência dos meios.

Seja como for, são as fronteira de propriedades políticas e jurídicas, fundiárias e/ou geográficas que se opõem ao que a gente impõe; como queria Spinoza, desejos afetivos de encontros . Pois, se um corpo é primeiramente encontro com outros corpos; é poder de ser afetado — e sua potência aumenta ou diminui na medida da qualidade de suas conexões e misturas, justo pelos sentidos *incorporais* e mudanças de estado que estas produzem —, então, quanto mais mediatizadas, saturadas, controladas ou impedidas forem as conexões reais, entre corpos, quais as chances de ocorrer conjugações virtuais do devir, do inesperado, do imprevisível, na cidade.

Solo

Tudo isso provoca e remete ao trânsito — passar entre, arrastando pedaços. Para sair destas fronteiras, o olhar deve se deslocar para perseguir e explorar relações características, intensidades ou potencialidades que, sendo elas mesmas diferença em si, dotam os lugares e materiais urbanos como existências em vias de atualização e invenção. Essa hipótese nem de longe refere a qualquer essência, atributo ou propriedade do espaço. E desdobrá-la significa apostar que *a cada vez, e nunca de*

uma vez por todas, certas potencialidades ou intensidades presentes em alguns dos materiais com os quais são feitas as cidades entram em agenciamentos que escapam *mais facilmente que outros* às relações biunívocas, moldadas e fixadas técnica e expressivamente pelos objetivos do Estado, pelas lógicas do mercado e/ou pelo senso comum, e seus procedimentos de planejamento, projeto e consumo do solo.

Mas o que interessa é justamente identificar *fora* destas aparentes polaridades, ou melhor, nas *descontinuidades* de sua intrínseca mistura, um hiato, uma fenda, em condições tais que o solo urbano possa devir não (só) sistema técnico, nem potencial de construção, e, tampouco, fetiche, gueto ou exceção. Mas escapar desse enquadramento supõe mudança de código, desterritorialização e reterritorialização complementar (que de modo nenhum é retorno a uma suposta condição originária⁵). Então, para a cidade contemporânea, a questão que se coloca é: quanto, quando ou onde os movimentos (se) desterritorializam, os agenciamentos (se) decodificam, os corpos (se) desorganizam, sem, no entanto, desaparecerem ou se destruírem? Por onde fazer fugir, escoar e multiplicar os fluxos da vida coletiva e de formação de subjetividades em variação contínua? E por que selecionar o solo urbano como matéria primeira de indagação sobre a cidade contemporânea e seu projeto?

*

Com efeito, o quê é que na cidade não se enquadra em cada um dos polos da divisão formalidade/informalidade, embora pertença aos dois? Que aciona mecanismos de proximidade e semelhança, ao mesmo tempo em que marca oposição? Que é precário e produtivo? O solo, afinal, é dobra e plano, topografia e cadastro, que permeia cada e toda parte cidade, e modula os processos de ocupação e distribuição de valores. Mas, daí, quais seriam suas potencialidades e/ou qualidades materiais e expressivas no sentido de implicar uns intervalos fecundos, por exemplo, entre o formal e o informal, o legal e o ilegal, o público e o privado, o interno e o externo? Dada essa própria virtualidade da matéria solo, que possíveis configurações podem se abrir a fluxos, usos e encontros inesperados, todavia, por isso mesmo, não capturados ou excluídos? E se isso existe, qual a natureza e as escalas que lhe

5 Em se tratando do solo, isso ganha contornos difíceis de serem atravessados: a primeira desterritorialização ocorre justamente quando a terra, corpo integral e imanente, é estriada e apartada do socius pelo Estado: sujeita a operações de sobrecodificação — equivalência e conversibilidade geral —, se reterritorializa, se faz propriedade e seu valor incomensurável — hipótese de vida — reduz-se, cada vez mais univocamente, a valor de troca — objeto de valorização coletiva e apropriação privada.

correspondem?

Mapa: metaterritorialidade

No fundo, o que importa dessa digressão é seguir idéias que ajudem a mapear o relevo e traçar linhas contemporâneas de agenciamento urbano mais abertas e menos pré-identificáveis a modelos, mais ou menos codificados, mais ou menos consensuais, mais ou menos consumidos ou consumíveis. O que importa (como já tinha sido o objetivo da pesquisa *Post-it cities - Cidades Ocasionais*, 2009) é

cartografar os pontos de emergência, os locais de irrupção, os procedimentos nos e pelos quais se vão inventando rotas de escape, linhas de fuga ao bloqueio antepõem à atualização e proliferação de subjetividades individuais e coletivas, à efetuação de potencialidades espaciais e temporais, técnicas ou vitais.

E conforme a hipótese em tela esse itinerário nos domínios disciplinares da arquitetura e do urbanismo passa pela disponibilidade e contingência que o solo urbano, como plano privilegiado de ação coletiva, possa admitir, conferindo-lhe suporte, sentido e valor.

A noção de metaterritorialidade (um neologismo, é certo) talvez ajude⁶. Pois *metaterritorialidade* quer falar de graus mínimos de organização das situações e disposições, e, portanto, de sua capacidade de suportar grandes modificações; quer falar de sua disponibilidade ou virtualidade suscetível de atualização múltipla, diversa e contingente. Quer dizer materialidade virtual a se atualizar; matéria intensa e não formada que ainda não se configurou enquanto composição estável, e que apresenta, portanto, um coeficiente mínimo de organização e, por isso mesmo, aberta e resistente a *movimentos sistemáticos, escorregamentos, torções que só o embrião (ou o espaço-esboço, poderíamos aduzir) pode suportar: o adulto (ou o espaço-acabado, idem) saíria dilacerado* (Deleuze, 2006). Dilacerando potencialidades de vida.

Terreiro: operação de atualização

Segundo Agamben (2002), uma forma de desativar a norma e valores

⁶ Por aproximação conceitual e pressuposição recíproca com as idéias de

i) (des)territorialização, por remeter à (in/e)stabilidade, segundo a capacidade transdutora e metaestável do devir em Simondon e Deleuze; e

ii) metaesquema de Hélio Oiticica, que enuncia um entre (para negá-los, no caso, o desenho e a pintura).

hierárquicos, ou melhor, em suas palavras, de profaná-los, seria por meio da devolução ao *uso comum* do que uma vez havia sido separado ou sequestrado (pela igreja, pelo estado, pelo capitalismo) da sociedade. Supõe, no plano conceitual específico das metaterritorialidades urbanas, tal como o buscamos construir conceitualmente, organização mínima, elasticidade larvar, capacidade de diferenciação, além de operações que lhes correspondem: deslocamento (abertura á alteridade), disjunção (heterogeneidade, colisão) proliferação (hibridização por aliança, sem qualquer filiação possível).

Uma resposta produtiva, positiva, a essa construção poderia ser *terreiro*: terra de ninguém — não tem dono e não tem forma acabada — e terra de todos — usufruída de modo coletivo e contingente. Espaço-esboço, sóbrio, carente de composição estável ou significado a priori, seu grau de ordem é mínimo. Dotada de capacidade transdutora entre o público e o privado, o sagrado e o profano, o exterior e o interior, o aberto e o construído, e descarregada da conotação rural (produtiva e festeira) ou sacra (oficial ou clandestina, arcaizante ou mítica), tal *matéria* (ou melhor, *material*) admitiria uma nova acepção ou atualização urbana? Não só parece que sim, mas que cabe expandi-la sintática e pragmaticamente, isto é, como condição de possibilidade construtiva e programática. Duas digressões talvez dêem conta de como é possível operar esta atualização: o *parangolé de HO* e o *vão livre do MASP*⁷.

7 Se o metaesquema, passando entre, apontava para a anulação do desenho e da pintura, o parangolé, outra produção de Hélio Oiticica, — uma capa que envolve e transmuta, como uma roupa-pele, o sambista em um lance estético, — reúne transitivamente o mundo da favela-vida e do asfalto-arte. Fazer o corpo brincar ao propor que os usuários de seu trabalho dançassem ao vesti-lo não apenas rompe com todos os suportes tradicionais — o quadro, a escultura —, como, por isso mesmo, só ganha sentido quando encorpado/incorporado. Então,

1. flagrá-lo, só em movimento: A obra requer aí a participação corporal direta; além de revestir o corpo, pede que este se movimente, que dance em última análise (Jaques, 2008). Cessado o movimento-dança, o ato se conclui e desativa o objeto.

2. o seu lançamento, já na década de 60, supôs o encontro da escola de samba com o público das artes. HO procurava transformar o elitismo do museu em espaço popular, ao convidar os favelados a lá entrarem e inverter posições sociais; coisa que foi proibida pelo próprio museu. Tendo, por isso mesmo, ocorrido no pilotis do prédio, não era, nem é o aspecto formal (imagem) que interessa ao parangolé, mas a vivência, modos de vida, que podem desarrumar uma ordem estabelecida.

Lina Bo Bardi, autora do projeto do Museu de Arte de São Paulo – MASP, sempre se referia ao comentário do compositor John Cage quando o viu pela primeira vez: É a arquitetura da liberdade! Aqui são os planos que vazam e se deixam vaziar de luz e espaço; abertos, vagos, indeterminados. O pilotis, ou melhor, o vão livre do prédio do museu, uma camada livre (definida por um teto e um piso), intermediária aos espaços suspensos e subterrâneos (que só ganharia uma escada que os liga a posteriori), é o que permite fazer transitar o continuum público parque-avenida-museu-belvedere-vale— e vê-lo multiplicar-se nos mais inesperados e diversos acontecimentos: da passeata á meditação, do cinema à feira. Tal qual um parangolé á espera de ser vestido, incorporado e dançado, o vão livre é disponibilidade pura; espaço geométrico determinado sem função fixada a priori.

Ar fresco

Como uma primeira conclusão, inevitavelmente parcial, uma proposição à espera de desenvolvimento: amarrando as duas digressões, uma artística e outra arquitetônica, é notável (não coincidência acidental), em primeiro lugar, a remissão da questão da metaterritorialidade ao espaço térreo, do chão, isto é, ao solo enquanto plano que articula o espaço aberto da rua, seus movimentos e fluxos, ao espaço fechado, funcionalmente definido, organizado, controlado e regrado dos edifícios. Interposto e aberto, coletivo e público, de uso descodificado, o solo-terreiro efetua o tema da imprevisibilidade e proliferação de usos que lhe são possíveis. Espaço entre, *in between*, em transição, que, pertencendo a dois domínios, ao mesmo tempo, constitui fronteira ambígua entre eles, invertendo-os, transitando-os, questionando-os ao roubar-lhes os códigos e refazer-lhes o domínio⁸.

Porém, isso não é da ordem das coisas correntes. Até o pilotis, como atentou Secchi (2006), — *a maior invenção do século XX, permitida pelas novas técnicas construtiva* —, ao ser deslocado ou internalizado no edifício, *quase nunca fez parte de um projeto de solo mais amplo, em condição de enfrentar a questão mais relevante da cidade e da cultura contemporâneas: a questão das relações entre o uno e o múltiplo*. Se colocada em termos do particular e do coletivo, a questão levantada repropõe o problema do solo urbano na cidade moderna. Com efeito, quando não abarcado por mega-arquiteturas, ou recortado pelas infraestruturas ou tomado como suporte abstrato de quantidades edificáveis, o solo urbano não passa de espaço residual, desprovido de qualidades e potencialidades.⁹

Grau zero

Por contraste, tem-se a relevância fecunda de situações singulares como é o caso do vão livre do MASP, e queira que não só dele (a rigor, o exemplo da Piazza dei Campi de Siena o precede como singularidade, operação e qualidade¹⁰). A

8 Não menos importante é o fato de o terreiro-vão (a rigor, livre, porque público, do MASP) constituir território de desterritorialização que desativa a própria instituição e a propriedade. E o fazer do mesmo modo que o parangolé transita corpos e movimentos. Sua singularidade (o tecido subformalizado e subcodificado do parangolé) e as operações que ela supõe ou incita (movimentos da dança) convergem (e as fazem convergir) para novos e diversos sistemas de expressão.

9 A questão dos espaços livres verdes é de outra ordem, supondo história, lógica e programa próprios.

10 De que adiantaria dizer que o urbanismo é uma ciência porque descobre leis constantes: o urbanismo (como a metalurgia de Deleuze e Guattari, 1997) é, sobretudo, indissociável de diversas linhas de variação; variação de

transversalidade — intensidade e variação — que tais metaterritorialidades supõem mobilizar, engendrando dissolução dos conteúdos técnicos formalizados e esvaziamento das formas, normas e valores estabelecidos, talvez permita ventilar um pouco de ar fresco para a cidade que vem.

Se a arquitetura e a cidade puderem suportar um grau mínimo (zero) de ordem, e se programa, acontecimentos e atividades puderem se realizar, agenciar, como se disse, de forma contingente, imprevista e múltipla (qualidades que parecem melhor responder aos devires e dúvidas da contemporaneidade), então o que importa diz menos respeito ao que as coisas parecem e mais ao que elas podem fazer, (*they are less concerned what things look like and more concerned with what they can do*) (Allen, 1999).

Daí se espera que um projeto de solo engendre devires, não através de códigos e regras ou estados predeterminados, mas fixando pontos, linhas e superfícies de uso e mobilidade, acesso e estrutura, segundo padrões de interconexão e associação com possibilidades de crescimento, diminuição, mudança e transbordamento.

Tal economia de traços expressivos, formais ou funcionais passa longe do *laissez faire* arquitetônico ou urbanístico ou, pelo contrário, da imposição burocrática de uma forma exterior à realidade em pauta: antes, o que aqui se discute é uma vaguidão, uma indeterminação, um grau zero de projeto que entrecruza e se fertiliza reciprocamente com linha(gen)s técnicas e artísticas concretas. E não por uma questão de forma ou função, mas de encontro de duas linhas com poder de serem afetadas mediante *aquilo que elas dão, naquilo que elas dão* (DELEUZE, 2002), fazendo as relações de sólidos e vazios, de latitudes e longitudes, de velocidades e lentidões, de intensidades e durações, variarem, compostas e recompostas pelos indivíduos e pelas coletividades por vir.

Conclusão provisória

Disjunção entre lugar, programa e uso. Colisão de objetos heterogêneos, parciais, menores, entre si e com o código e a imagem ordenadora da cidade. Trânsito

qualidades que tornam possível tal ou qual operação, ou que decorrem de tal ou qual operação. Mesmo porque, por outro lado, como a gente, o urbanismo “nunca começa, nunca (...) recomeça tudo novamente, (ele) desliza por entre, se introduz no meio...”.

por entre os sistemas de espaços técnicos, monetizados ou guetificados, formais e informais. Se isso é viável, talvez se possa dizer que o solo urbano, como fato e fator de efetuação de valor de uso comum e coletividade pressupõe um intervalo, ou um gradiente, de ambiguidade, vaguidão ou indeterminação. Tanto de ordem conceitual e sensível, quanto técnica e figurativa.

Metaterritorialidade é expressão cunhada para dar conta de territórios que se desterritorializam, ou melhor, de territórios urbanos onde desterritorializações — desvios, derivas, fugas, imprevistos e contingências — se efetuam. Como propõem Deleuze e Guattari (1987), isso se dá por “*descodificação dos meios, para extrair deles um novo território*” e supõe, como se tentou ilustrar com os casos do MASP e da Piazza de Siena, a constituição de espaços larvares, espaços-esboços, com baixo grau de codificação e formalização, sempre em formação e inconclusos ao mesmo tempo, como lugar de incubação e efetuação de novas e inauditas potencialidades

Então, pode-se dizer que metaterritorialidade implica grau zero de forma e substância, onde a ambigüidade, a ineficácia e a desobediência, constituindo paradoxais protocolos de acesso e catálise de relações imprevisíveis, dissolveriam os limites, barreiras e fronteiras político-espaciais. E por isso mesmo, é elemento potente pelo qual se pode falar de graus mínimos de organização das situações e disposições, e, portanto, da capacidade do território de suportar grandes modificações.

Referências bibliográficas

ALLEN, S. *Points + Lines: Diagrams and Projects for the City*. Nova York: Princeton Architectural Press, 1999.

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: BoiTempo, 2002.

BRITTO, Fabiana Dutra; AHMED, Alejandro. *[re]dobra: entrevista*. Disponível em <http://www.corpocidade.dan.ufba.br/dobra/04_03_entrevista.htm>.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. *Mil platôs*. São Paulo: Editora 34, 1987.

DELEUZE, Gilles, PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles. *Spinoza. Cours Vincennes – 24/01/1978*. Disponível em <<http://www.webdeleuze.com>>.

- _____. *Espinosa. Filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002
- DEMATTEIS, Giuseppe. *La ciudad dispersa: suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona: CCCB, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Introdução a uma vida não fascista*. Disponível em <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/vienonfasc.html>>.
- JACQUES. Paola Berenstein. *Corpografias urbanas*. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- KOOLHAAS, Rem; BOERI, Stefano et al. *Mutations*. Barcelona: ACTAR, 2001.
- PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean Charles. *Formes urbaines: de l'ilôt a la barre*. Paris: Dunod, 1977.
- PERÁN, Marti (org.); TORROJA, Pio; SALES, Pedro M. R. et al. *Post-it cities. Ciudades ocasionales*. Madri: SEACEX, 2009.
- SALES, Pedro M. R. *Cidade, urbanismo: linhas de devir*. *Arquitextos Vitruvius*, 2007. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.082/261>>.
- SALES, Pedro M. R.; BAFFI, Mirthes I. Acerca da permanência e atualização do território industrial e ferroviário do vale do Tamanduateí - São Paulo. *USJT.arq-urb*, nº 3, 1º semestre, 2010. Disponível em <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/5arqurb3-pedro.pdf>.
- SARKIS, Hashim (org.) et al. *Le Corbusier's Venice Hospital and the mat-buiding revival*. Munich, London, New York: Prestel Verlag, 2004.
- SCHOPKE, Regina. *Por uma filosofia da diferença*. Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Edusp, 2004.
- SECCHI, Bernardo. *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.
- SIMONDON, Gilbert. *L'Individu et sa genèse physico-biologique*. Paris: PUF, 1964.
- TSCHUMI, Bernard. *Architecture and disjunction*. Cambridge: The MIT Press, 5ª ed., 1999.
- VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- ZOURABICHVILI, François; SAUVAGNARGUES, Anne; MARRATI, Paola. *La philosophie de Deleuze*. Paris: PUF, 2004.